

Cenários para a dívida pública⁵⁹

Considerações Iniciais

De acordo com informações do Banco Central e do IBGE, compiladas pela IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 78,3% do PIB em outubro⁶⁰, aumento de 0,9 p.p. em relação a outubro de 2024 e outro de 0,5 p.p. do PIB ante setembro. Nos dez primeiros meses de 2025, a DBGG apresentou trajetória de elevação contínua. O indicador só não cresceu mais em função do comportamento do PIB nominal no período.

Segundo informações do Banco Central referentes aos fatores condicionantes da DBGG, o efeito do incremento do PIB sobre a dívida foi negativo em 5,6 p.p., no acumulado de 12 meses até outubro de 2025. Isso quer dizer que a evolução do PIB retirou 5,6 p.p. da razão DBGG/PIB. Nessa mesma base de comparação, os fatores condicionantes exerceram um efeito positivo de 6,5 p.p. do PIB, sendo 8,6 p.p. oriundos da despesa de juros. As emissões líquidas da dívida bruta removeram 1,8 p.p. da relação DBGG/PIB nos 12 meses encerrados em outubro de 2025.

A contribuição do PIB nominal para a relação dívida/PIB deverá reduzir gradualmente ao longo de 2026, à luz das projeções da IFI apresentadas neste RAF. O deflator implícito do PIB, que deverá crescer 5,3% em 2025, deverá registrar acréscimo de 4,0% no ano que vem. De acordo com as projeções do cenário de médio prazo da IFI, o deflator convergirá para uma variação média anual de 3,5% a partir de 2029. Ao mesmo tempo, os prováveis déficits primários do setor público nos próximos anos e os juros reais relativamente elevados manterão o endividamento bruto, em proporção do PIB, em trajetória de crescimento.

Os cenários traçados pela IFI para a evolução da dívida bruta nos próximos anos consideram o Regime Fiscal Sustentável, disciplinado na Lei Complementar nº 200, de 2023. As simulações realizadas indicam que, mesmo com a vigência da nova regra fiscal que limita o crescimento das despesas primárias do governo central a percentuais de variação da receita líquida, a estabilização da dívida pública só seria alcançada com o aumento continuado das receitas.

O crescimento de diversas despesas primárias obrigatórias, diante da vulnerabilidade das medidas de contenção de gastos, torna o cumprimento das metas de resultado primário do governo central mais desafiador. As projeções da IFI para a dívida bruta, considerando os cenários macroeconômico e fiscal discutidos anteriormente, indicam crescimento em todo o horizonte de projeção (2025-2035), no cenário base.

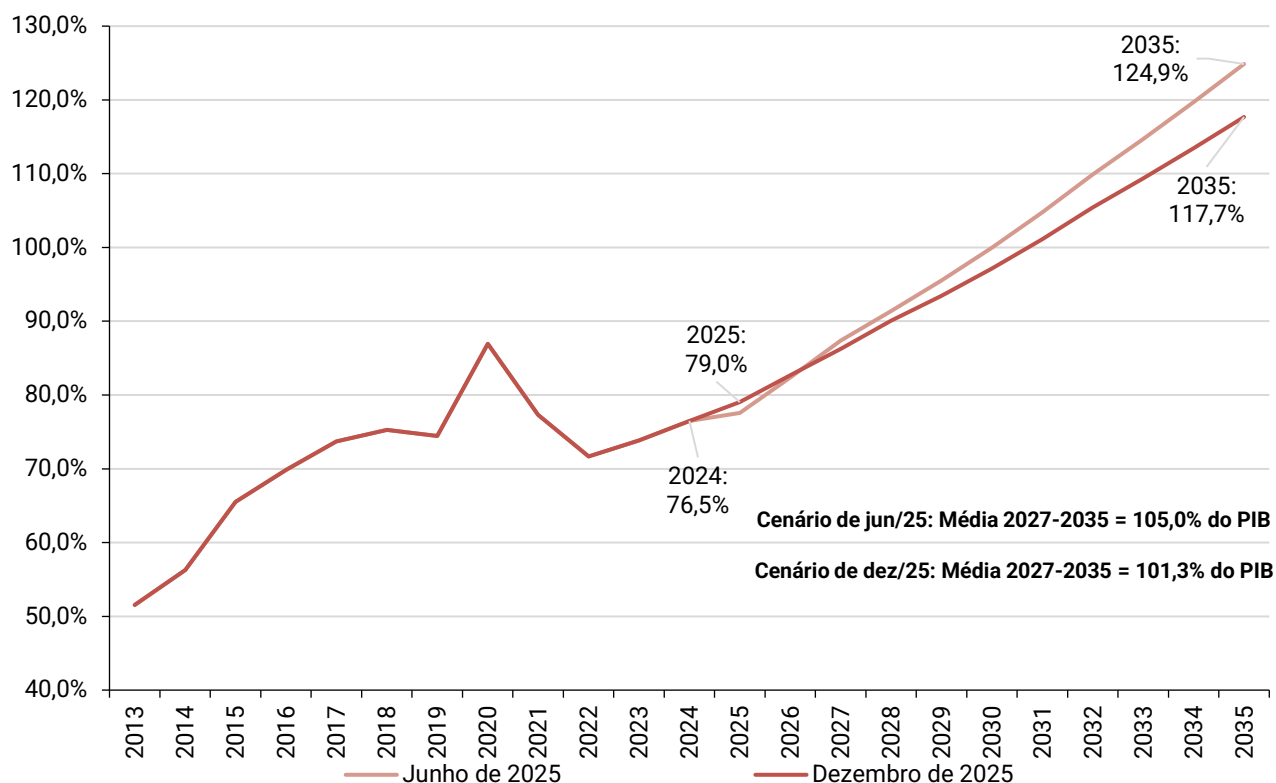
⁵⁹ Acesse o relatório completo em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2025/dezembro/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-dez-2025>.

⁶⁰ Trata-se de uma estimativa feita pela IFI a partir das informações mais recentes do IBGE para as Contas Nacionais Trimestrais e do Banco Central.

Projeções

Na revisão de cenários apresentada no RAF nº 101, de junho de 2025, a IFI projetava a DBGG, indicador calculado pelo Banco Central, em 77,6% do PIB no fim de 2025. Agora, incorporadas as informações das Contas Nacionais Trimestrais do terceiro trimestre de 2025, além da revisão das séries pelo IBGE, a projeção para a DBGG passou a ser de 79,0% do PIB no fim de 2025 (Gráfico 11).

GRÁFICO 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2024-2034) - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Como discutido em edições passadas deste RAF, o valor da DBGG, em proporção do PIB, ficou menor no fim de 2024 em razão da venda de cerca de US\$ 30 bilhões de reservas internacionais, o que retirou 1,3 p.p. do PIB da DBGG, de acordo com cálculos da IFI. A venda de reservas internacionais diminuiu a dívida bruta em razão da redução no estoque de operações compromissadas, instrumento utilizado pelo Banco Central para regular a liquidez da economia e manter a Selic na meta definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Além da projeção para a DBGG em 2025, o Gráfico 11 apresenta a trajetória do endividamento bruto, no cenário base, até 2035, comparando com a tendência apresentada pela IFI em junho passado. A ligeira melhora na trajetória do endividamento ocorreu, como será visto adiante, em razão da revisão das projeções para o resultado primário do setor público consolidado, que inclui o governo geral.

Considerando as estimativas de curto prazo, as projeções para o déficit primário do setor público mudaram marginalmente de junho para agora. Em junho, a projeção da IFI era de déficit primário do setor público de 0,7% do PIB, em 2025, e outro de 1,1% do PIB em 2026. Agora, as estimativas são de déficit de 0,5% do PIB, neste ano, e de outro déficit de 0,7% do PIB em 2026. A melhora na projeção para esse indicador deveu-se à redução na projeção para o déficit primário do governo central.

A projeção para a taxa real de juros implícita da dívida bruta, em 2025, era de 6,2% a.a., em junho, aumentando para 8,0% a.a. agora. Para 2026, a estimativa para esse indicador era de 6,8% a.a., em junho, sendo de 8,0% a.a. agora. Essa piora deveu-se à incorporação de novas informações da taxa implícita da dívida.

No médio prazo (de 2027 em diante), as projeções de resultado primário do setor público melhoraram na comparação com as estimativas de junho de 2025. A Tabela 11 apresenta um comparativo entre as projeções médias, para algumas variáveis que afetam a dinâmica do endividamento do setor público, nas revisões de cenário apresentadas pela IFI em junho passado e agora (dezembro de 2025).

TABELA 11. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA NO MÉDIO PRAZO - REVISÕES APRESENTADAS EM JUN/25 E DEZ/25 (MÉDIA DE 2027 A 2035), NO CENÁRIO BASE

Cenário base		
	jun/25	dez/25
Resultado primário (R\$ bilhões)	-458,8	-321,7
Resultado primário (% do PIB)	-2,5%	-1,7%
PIB nominal (R\$ bilhões)	18.295	18.102
Crescimento real do PIB (%)	2,2%	2,2%
Taxa implícita real da dívida (% a.a.)	5,1%	5,2%
Dívida bruta (% do PIB)	105,0%	101,3%

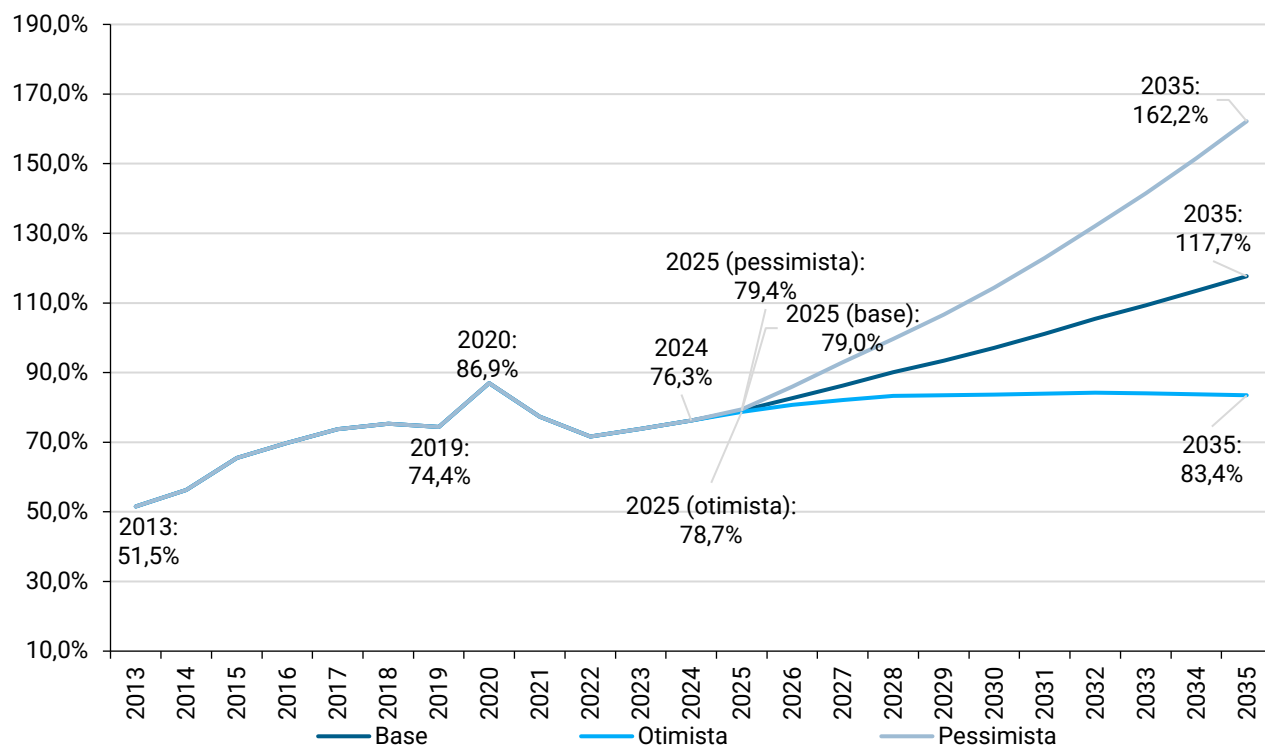
Fonte: IFI.

Conforme a Tabela 11, a média anual do déficit primário do setor público projetado pela IFI, em junho, era de 2,5% do PIB, projeção reduzida para 1,7% do PIB agora. Os juros reais implícitos da dívida, por outro lado, subiram, de 5,1% a.a., em junho, para 5,2% a.a. agora. A maior taxa real de juros média estimada pela IFI compensa, em parte, os efeitos da redução do déficit primário sobre a trajetória do endividamento no médio prazo.

Ainda que tenha ocorrido uma melhora na trajetória dos resultados primários do setor público projetados pela IFI, as estimativas indicam a ocorrência de déficits continuados nos próximos anos. E o crescimento esperado para a dívida bruta no horizonte de projeção expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central ora estipuladas. As metas se apoiam, fundamentalmente, na elevação das receitas primárias recorrentes, além do controle da despesa primária. Importante destacar os riscos ao crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas

pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo. O Gráfico 12 consolida as trajetórias esperadas para a DBGG, em proporção do PIB, nos três cenários de referência da IFI.

GRÁFICO 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

A Tabela 12 traz as projeções para a DBGG em percentual do PIB nos três cenários de médio prazo da IFI.

TABELA 12. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2035 – RAF DE JUN/25 E ATUAL

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	jun/25	dez/25	jun/25	dez/25	jun/25	dez/25
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%
2021	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%
2022	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%
2023	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%
2024	76,5%	76,3%	76,5%	76,3%	76,5%	76,3%
2025	77,6%	79,0%	76,4%	78,7%	78,4%	79,4%
2026	82,4%	82,7%	79,6%	80,7%	84,6%	86,0%
2027	87,4%	86,2%	82,5%	82,1%	91,8%	93,0%
2028	91,4%	90,1%	84,6%	83,3%	99,0%	99,7%
2029	95,5%	93,4%	85,5%	83,5%	106,9%	106,6%
2030	100,0%	97,1%	86,4%	83,6%	115,7%	114,4%
2031	104,8%	101,1%	87,4%	83,9%	125,4%	122,9%
2032	109,9%	105,4%	88,5%	84,2%	135,9%	132,2%
2033	114,7%	109,4%	89,1%	84,1%	146,6%	141,5%
2034	119,7%	113,5%	89,6%	83,8%	158,1%	151,5%
2035	124,9%	117,7%	90,1%	83,4%	170,3%	162,2%

Fonte: Banco Central (dados realizados). Elaboração: IFI.

A Tabela 13 atualiza o exercício, sempre apresentado pela IFI, que ilustra o resultado primário anual requerido para estabilizar a DBGG como proporção do PIB. No caso, estabilizar a dívida no nível de 79,0% do PIB, nível projetado para o indicador pela IFI no fim de 2025.

TABELA 13. RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 79,0% DO PIB (NÍVEL DE 2025)

DBGG em t		Juros Reais implícitos da DBGG						
79,0%		0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	4,0%	4,5%	5,2%
PIB real (% a.a.)	0,5%	0,0%	0,4%	1,2%	2,4%	2,8%	3,1%	3,7%
	1,0%	-0,4%	0,0%	0,8%	2,0%	2,3%	2,7%	3,3%
	1,5%	-0,8%	-0,4%	0,4%	1,6%	1,9%	2,3%	2,9%
	2,2%	-1,3%	-1,0%	-0,2%	1,0%	1,4%	1,7%	2,3%
	2,5%	-1,5%	-1,2%	-0,4%	0,8%	1,2%	1,5%	2,1%
	3,0%	-1,9%	-1,5%	-0,8%	0,4%	0,8%	1,2%	1,7%
	3,5%	-2,3%	-1,9%	-1,1%	0,0%	0,4%	0,8%	1,3%

Fonte: Elaboração: IFI.

A Tabela 13 evidencia o esforço necessário para estabilizar a dívida pública a partir das novas projeções macroeconômicas e fiscais da IFI. Considerando o nível de endividamento

bruto projetado no fim de 2025, 79,0% do PIB, seria necessário um superávit primário do setor público consolidado de 2,3% do PIB, por ano, para estabilizar a dívida (com crescimento real médio da economia de 2,2% e juros reais implícitos de 5,2% a.a.). Em junho passado, o primário requerido, calculado pela IFI, para estabilizar a dívida era de 2,1% do PIB. Ou seja, os juros reais implícitos ligeiramente maiores e o endividamento mais elevado aumentam o esforço necessário para estabilizar a dívida bruta em proporção do PIB, ainda que tenha havido alguma melhora nas projeções para o déficit primário no médio prazo.

O exercício reproduzido na Tabela 13 indica o resultado primário requerido para estabilizar a dívida para diferentes níveis de crescimento econômico e de taxa de juros. Por exemplo, maior crescimento econômico diminui os valores do resultado primário necessários para a estabilização. Na hipótese de juros reais em 2,0% a.a. e de crescimento do PIB de 3,5% a.a., até mesmo um déficit primário de 1,1% do PIB estabilizaria a dívida bruta no nível projetado pela IFI para dezembro de 2025 (79,0% do PIB).

Por fim, a Tabela 14 apresenta as projeções para os resultados primário e nominal, além da despesa de juros, nos três cenários de referência. As projeções indicam a persistência de déficits nominais expressivos, em razão da despesa de juros relativamente elevada. Mesmo no cenário otimista, o setor público registra déficits primários (e nominais) em todo o horizonte de projeção.

TABELA 14. RESULTADO NOMINAL, PRIMÁRIO E DESPESA DE JUROS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)

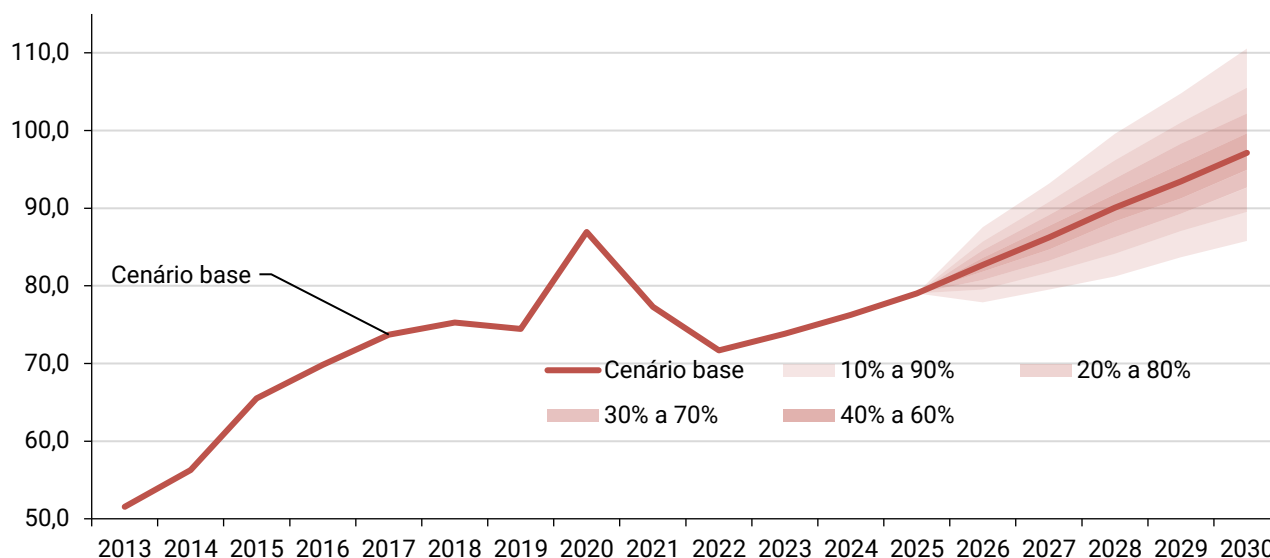
Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%
2021	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%
2022	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%
2023	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%	-8,8%	-2,3%	6,6%
2024	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%	-8,5%	-0,4%	8,1%
2025	-8,5%	-0,5%	8,0%	-8,3%	-0,3%	8,0%	-8,9%	-0,9%	8,0%
2026	-8,6%	-0,7%	7,9%	-7,1%	0,0%	7,1%	-10,0%	-1,1%	8,8%
2027	-8,8%	-1,3%	7,5%	-6,9%	-0,4%	6,5%	-11,5%	-1,9%	9,6%
2028	-8,5%	-1,3%	7,2%	-6,2%	-0,2%	6,0%	-12,1%	-2,0%	10,1%
2029	-8,4%	-1,6%	6,9%	-5,6%	-0,2%	5,5%	-12,9%	-2,5%	10,4%
2030	-8,6%	-1,8%	6,8%	-5,4%	-0,2%	5,2%	-13,9%	-3,0%	10,9%
2031	-8,8%	-2,0%	6,7%	-5,1%	-0,3%	4,8%	-14,8%	-3,4%	11,4%
2032	-8,8%	-2,2%	6,6%	-4,7%	-0,3%	4,4%	-15,6%	-3,8%	11,8%
2033	-8,5%	-1,8%	6,6%	-4,1%	0,1%	4,2%	-16,0%	-3,5%	12,5%
2034	-8,3%	-1,9%	6,5%	-3,5%	0,2%	3,8%	-16,7%	-3,7%	13,0%
2035	-8,4%	-1,9%	6,5%	-3,3%	0,3%	3,6%	-17,7%	-3,9%	13,8%

Fonte: IFI.

Cenários estocásticos para a dívida

As análises acima podem ser complementadas com a simulação de 1.500 cenários alternativos (estocásticos) ao redor do cenário base. Esse exercício⁶¹ permite mensurar o risco de materialização de trajetórias para a dívida que se desviem da projeção central. O gráfico 13, a seguir, apresenta essas trajetórias na forma de faixas de probabilidade até 2030⁶².

GRÁFICO 13. CENÁRIO BASE E CENÁRIOS ESTOCÁSTICOS (FAN CHART) PARA A DBGG (% PIB)



Fonte: IFI. Nota explicativa: os valores no eixo esquerdo indicam o percentual que a DBGG representa do PIB. Os percentuais indicados na legenda indicam faixas de probabilidade que se sobrepõem visualmente, de fora para dentro. Por exemplo, 20% dos valores simulados situam-se na faixa central, com rótulo "40% a 60%" (pois $60 - 40 = 20$). Ou ainda, 80% dos valores situam-se na faixa mais externa, com rótulo "10% a 90%" (pois $90 - 10 = 80$).

A Tabela 15 indica que a probabilidade de a DBGG ultrapassar 90% do PIB, em algum ano entre 2026 e 2030 é de 81,6%. A análise anual mostra que o risco de a DBGG se situar acima desse patamar aumenta ao longo do horizonte de projeção, superando 50% em 2028.

⁶¹ Para explicações sobre a metodologia, confira o Estudo Especial nº 18 e a Nota Técnica nº 54, publicados pela IFI, disponíveis em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645203/EE18.pdf> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/651183/NT54_Sensibilidade_cenarios_estocasticos_divida.pdf.

⁶² As probabilidades não são calculadas para além de cinco anos à frente, conforme explicado no EE 18, pg. 45: "A explicação para se restringir a simulação a um horizonte mais curto é que os cenários estocásticos deixam de ser realistas em horizontes longos. Em outras palavras, a largura do fan chart se torna grande a ponto de perder utilidade analítica."

TABELA 15. ESTIMATIVAS DE PROBABILIDADE

Probabilidade					
Geral					
Probabilidade de que a DBGG cruzará o limiar dos 90% do PIB em algum ano entre 2026 e 2030				81,6%	
Anual					
	2026	2027	2028	2029	2030
Probabilidade de que a DBGG estará acima de 90% do PIB, em cada ano	2,3%	25,1%	50,3%	65,7%	78,9%

Elaboração: IFI.

- Nota de interpretação: tanto no caso “geral” quanto no “anual”, as probabilidades incluem situações em que a DBGG está acima dos 90% em um ano, sendo que cruzou os 90% em algum ano anterior. Também inclui situações em que a DBGG cai abaixo dos 90%, mesmo após ter ficado acima desse limiar em anos anteriores.

- Nota matemática: sendo D_t a razão dívida/PIB em t , a probabilidade “geral” é dada por $1 - P(D_{2026} \leq 0,9, D_{2027} \leq 0,9, D_{2028} \leq 0,9, D_{2029} \leq 0,9, D_{2030} \leq 0,9)$.

As probabilidades “anuais” são dadas por $P(D_{2026} > 0,9)$, $P(D_{2027} > 0,9)$, $P(D_{2028} > 0,9)$, $P(D_{2029} > 0,9)$ e $P(D_{2030} > 0,9)$.

Ou seja, a probabilidade “geral” é calculada a partir da distribuição **conjunta**, ao passo que as “anuais” são calculadas a partir das distribuições **marginais**.

Uma medida sintética da incerteza em torno do cenário base é a largura do *fan chart*, definida como a diferença entre os percentis 90 e 10 da distribuição das trajetórias simuladas para a DBGG. Na presente edição, ao final do horizonte de simulação (2030), essa largura situa-se em aproximadamente 27,7 p.p. do PIB.

A largura do *fan chart* também permite realizar um teste de plausibilidade para os cenários determinísticos otimista e pessimista apresentados anteriormente neste relatório. Se tais cenários se situarem próximos aos limites inferior e superior do *fan chart* em 2030 – correspondentes aos percentis 10 e 90 da distribuição – entende-se que são compatíveis com a volatilidade histórica recente das variáveis macrofiscais brasileiras.

Nesse sentido, a DBGG projetada para 2030 no cenário determinístico otimista, de 83,6% do PIB, encontra-se próxima ao limite inferior do *fan chart* no mesmo ano, estimado em 85,6% do PIB. No cenário pessimista, a razão dívida/PIB atinge 114,4% do PIB em 2030, situando-se ligeiramente acima do limite superior do *fan chart*, estimado em 110,5% do PIB. Ainda assim, a proximidade com a borda superior indica que esse cenário é compatível com a distribuição estimada das trajetórias estocásticas.

TABELA 16. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,7	22,7	23,5	23,0	23,0	22,9	22,8	22,6	22,6	22,6	22,5	22,5
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,7	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Receita Líquida	18,4	18,2	18,8	18,4	18,4	18,2	18,2	18,1	18,0	18,0	17,9	17,9
Despesa Primária	18,7	18,8	19,5	19,6	19,6	19,8	20,0	20,1	20,2	19,8	19,8	19,8
Obrigatória	17,2	17,3	17,9	18,1	18,1	18,3	18,5	18,6	18,8	18,4	18,4	18,4
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,6	8,6	8,7	8,8	8,9	8,9	9,0	9,0	9,1
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4
Resultado primário	-0,4	-0,6	-0,7	-1,3	-1,3	-1,6	-1,8	-2,0	-2,2	-1,8	-1,9	-1,9
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.779,3	12.695,7	13.432,1	14.244,8	15.109,0	15.988,3	16.923,4	17.911,3	18.957,4	20.070,5	21.241,6	22.473,5

TABELA 17. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,7	22,7	23,8	23,4	23,5	23,4	23,4	23,4	23,2	23,2	23,1	23,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Receita Líquida	18,4	18,2	19,1	18,7	18,7	18,7	18,6	18,5	18,5	18,4	18,4	18,4
Despesa Primária	18,7	18,8	19,2	19,2	19,0	19,0	18,9	18,9	18,9	18,4	18,3	18,1
Obrigatória	17,2	17,2	17,7	17,7	17,5	17,5	17,5	17,5	17,5	17,6	17,1	16,8
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,4	8,4	8,3	8,3	8,3	8,3	8,3	8,3	8,3
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,2	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,3
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,5	-0,2	-0,5	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	0,0	0,1

Memo:

PIB nominal (R\$ bilhões)	11.779,3	12.708,8	13.480,6	14.368,8	15.358,4	16.420,8	17.568,8	18.798,3	20.117,9	21.539,5	23.056,9	24.676,2
---------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

TABELA 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,7	22,7	23,2	22,8	22,7	22,5	22,3	22,2	22,1	22,0	21,9	21,8
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5	4,5	4,4	4,4	4,4
Receita Líquida	18,4	18,2	18,6	18,2	18,1	17,9	17,8	17,7	17,6	17,5	17,4	17,3
Despesa Primária	18,7	18,8	19,4	19,8	19,9	20,2	20,6	20,9	21,2	20,8	21,0	21,1
Obrigatória	17,2	17,3	17,9	18,2	18,4	18,8	19,1	19,4	19,7	19,4	19,5	19,7
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,7	8,8	9,0	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5	9,6
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4
Resultado primário	-0,4	-0,6	-0,8	-1,6	-1,8	-2,3	-2,8	-3,2	-3,6	-3,3	-3,5	-3,7
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.779,3	12.688,5	13.436,2	14.262,1	15.164,3	16.111,1	17.115,4	18.183,7	19.322,6	20.541,9	21.833,6	23.201,8

PROJEÇÕES DA IFI

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2025			2026		
	nov/25	dez/25	Comparação	nov/25	dez/25	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,37	2,33	▼	1,70	1,70	▼
PIB – nominal (R\$ bilhões)	12.671,53	12.695,72	▲	13.478,72	13.432,13	▼
IPCA – acum. (% no ano)	5,28	4,33	▼	4,31	3,89	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,78	5,40	▼	5,91	5,45	▼
Ocupação - crescimento (%)	1,10	1,70	▲	0,85	0,76	▼
Massa salarial - crescimento (%)	3,43	5,26	▲	2,56	3,62	▲
Selic – fim de período (% a.a.)	14,75	15,00	▲	12,50	12,00	▼
Juros reais ex-ante (% a.a.)	8,08	8,04	▼	7,05	6,98	▼
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,69	-0,54	▲	-1,15	-0,72	▲
dos quais governo central	-0,62	-0,56	▲	-1,03	-0,67	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,41	8,01	▼	8,32	7,91	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-9,10	-8,54	▲	-9,47	-8,64	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	77,57	79,04	▲	82,38	82,70	▲

MÉDIO PRAZO

	Projeções											
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
PIB – crescimento real (% a.a.)	3,42	2,33	1,70	1,97	2,22	2,24	2,27	2,26	2,26	2,29	2,26	2,22
PIB – nominal (R\$ bilhões)	11.779	12.696	13.432	14.245	15.109	15.988	16.923	17.911	18.957	20.070	21.242	22.474
IPCA – acum. (% no ano)	4,83	4,33	3,89	3,52	3,26	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	6,19	5,40	5,45	5,51	5,58	5,63	5,69	5,75	5,80	5,86	5,92	5,98
Ocupação - crescimento (%)	2,83	1,70	0,76	0,54	0,70	0,90	0,87	0,79	0,73	0,72	0,67	0,63
Massa salarial - crescimento (%)	7,52	5,26	3,62	2,73	2,22	2,24	2,27	2,26	2,26	2,29	2,26	2,22
Selic – fim de período (% a.a.)	12,25	15,00	12,00	10,50	9,25	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	9,95	8,04	6,98	6,24	5,62	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,40	-0,54	-0,72	-1,30	-1,27	-1,56	-1,80	-2,03	-2,21	-1,83	-1,85	-1,87
dos quais Governo Central	-0,39	-0,56	-0,67	-1,27	-1,27	-1,56	-1,80	-2,03	-2,21	-1,83	-1,85	-1,87
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,09	8,01	7,91	7,52	7,24	6,87	6,83	6,75	6,57	6,64	6,45	6,51
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,50	-8,54	-8,64	-8,82	-8,51	-8,42	-8,64	-8,78	-8,78	-8,47	-8,30	-8,39
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	76,3	79,0	82,7	86,2	90,1	93,4	97,1	101,1	105,4	109,4	113,5	117,7

